

## **A ocupação Guarani pré-colonial no Alto Rio Uruguai: diálogos com a História Ambiental**

**Brendha Luana Spricigo**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista FAPESC

brendha.spricigo@estudante.uffs.edu.br

**Samira Peruchi Moretto**

Profª. Drª. do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

samira.moretto@uffs.edu.br

**Mirian Carbonera**

Profª. Drª. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) e Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

mirianc@unochapeco.edu.br

### **1. Introdução**

Durante o período pré-colonial, a região sul do Brasil foi extensamente ocupada por populações indígenas. Em um período mais antigo, na passagem Pleistoceno-Holoceno, destacam-se os grupos caçadores coletores (aproximadamente 12 mil anos antes do presente), e, posteriormente, no Holoceno Tardio, os grupos ceramistas Guarani, de origem amazônica, e também os grupos Itararé-Taquara (há pelo menos 2.500 anos antes do presente).

O objetivo da pesquisa pauta-se na contribuição com a discussão dos bens arqueológicos em projetos de licenciamento ambiental para a construção de usinas hidrelétricas e as interferências em relação à interpretação do passado a partir dos impactos em bens arqueológicos e no ambiente de forma geral.

Tomamos como exemplo, o sítio arqueológico U-381 Batista Rector vinculado à unidade arqueológica Guarani e localizado no atual no município de Alto Bela Vista-SC, na margem direita do Alto Rio Uruguai. É um sítio a céu aberto, em área de cobertura vegetal composta pela fitofisionomia Floresta Estacional Decidual (FED) do bioma Mata Atlântica (KLEIN, 1978).

Este sítio por se localizar em planície influenciada pelo Rio Uruguai, atualmente se encontra na área do reservatório da Usina Hidrelétrica Itá, seu acesso é possibilitado somente em momentos de estiagens. O sítio foi cadastrado pela primeira vez em 1989, durante os estudos arqueológicos realizados no licenciamento ambiental da UHE Machadinho, desenvolvido pela equipe do Centro

de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). No ano de 2019, foi realizado o seu recadastramento, a partir das ações do Projeto de Recadastramento de Sítios Arqueológicos das Mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina (PRESASC) (Carbonera; Loponte, 2020).

A região Sul do Brasil ganhou um considerável destaque na instalação de usinas hidrelétricas (UHE), desde os princípios das atividades no setor em território brasileiro, até o início do século XXI, ficando atrás apenas das regiões centro-oeste e sudeste (Braga, 2020). Foi no limiar do século XX que os rios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passaram a ser vistos enquanto áreas propícias para geração de hidroeletricidade, cenário engendrado com o contexto nacional. Cabe destacar também que neste período a região Sul possuía uma economia baseada na agropecuária e na extração madeireira, porém a industrialização foi ganhando cada vez mais espaço, e junto a isso fortaleceu-se a demanda referente à energia elétrica (Corazza, 2016).

## **2. Metodologia**

Tais dinâmicas podem ser identificadas e analisadas através da Arqueologia, que investiga a presença de antigos grupos humanos em diferentes territorialidades, suas variabilidades e habilidades tecnológicas através do estudo de suas culturas materiais, que resistiram à ação do tempo e do espaço para compreender as relações sociais e suas transformações (Funari, 2010). Este contexto pode ser pensado de maneira interdisciplinar entre a Arqueologia e a História Ambiental, que surge com as novas preocupações da humanidade com o meio ambiente nas décadas de 1960 e 1970, fomentando um movimento ambientalista internacional. A História Ambiental considera a interdisciplinaridade, especialmente com as ciências da natureza e a Antropologia, interpretando o lugar e o papel da esfera natural em relação à existência humana e suas associações com a paisagem, que se transforma em um documento a ser analisado (Drummond, 1991). A natureza interfere nas práticas culturais, sociais e econômicas dos seres humanos e vice-versa, constituindo uma via de mão dupla. Historiadores ambientais evitam o determinismo natural, tecnológico ou geográfico, mas entendem a influência dos arranjos naturais na cultura e na história dos grupos humanos, interpretando o meio ambiente como um agente histórico dinâmico (Drummond, 1991; Worster, 1991).

### 3. Resultados e discussão

Desde a década de 1960, organizações internacionais começaram a debater os problemas de escassez de recursos naturais, levando à realização de conferências sobre a crise global e ao surgimento de movimentos ambientalistas (Souza, 2009; Worster, 1991). Nos anos 1970, houve uma reorganização social em prol da ecologia e amplificação da legislação ambiental. Contudo, o fracasso no combate aos problemas ambientais, diagnosticados como consequência do padrão de produção industrial e do modelo de desenvolvimento em curso, exigiu um novo enfrentamento dessas questões no final dos anos 1980 (Souza, 2009).

No Brasil, as leis de licenciamento ambiental seguiram a tendência global com a criação da Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em um contexto de redemocratização do país. Porém, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, o desenvolvimento econômico não significava, na teoria e nos discursos oficiais, apenas uma política governamental, mas um abrangente programa social, repleto de energia e originalidade. Essa ideia permeava a consciência da cidadania, justificando tanto os atos do governo quanto a destruição da natureza. Praticamente todas as transformações físicas e econômicas dos anos 1950 aos 1970, em prol das concepções desenvolvimentistas, ocorreram na região da Mata Atlântica (Dean, 1994). A Constituição de 1988 reforçou a importância da defesa ambiental, estabelecendo responsabilidades do poder público e da coletividade para a proteção do meio ambiente (Carmo; Silva, 2013).

Outra problemática pertencente ao escopo do trabalho refere-se ao patrimônio cultural e arqueológico pré-colonial presente nas margens do Alto rio Uruguai. Ao passo que a legislação ambiental foi ganhando consolidação, as questões relativas à preservação do patrimônio arqueológico também passaram a ter proteção legal. Porém, é importante ressaltar que as leis referentes a este assunto nem sempre abrangem a pluralidade do que se compreende enquanto patrimônio cultural. Os bens culturais que não se referiam às elites brasileiras, acabaram negligenciados, sem receber o direito à manutenção das memórias das classes subalternas (Funari; Pelegrini, 2009). Foi somente durante o período de reabertura política, na década de 1980, e com a Constituição Federal de 1988, em que realizaram-se revisões teóricas no que tange à preservação dos bens culturais.

O rio Uruguai configurou-se enquanto um importante recurso natural, desde as primeiras ocupações pré-coloniais até a atualidade. Envolto na problemática das instalações de usinas hidrelétricas no Sul do Brasil, sofreu profundas intervenções nos âmbitos social, ambiental e econômico por parte da empresa Eletrosul, destacando-se, no contexto do sítio arqueológico U-381

Batista Rector, a construção das UHEs Machadinho e Itá, entre as décadas de 1980 e 2000 (Locatelli, 2000; Néspoli; Pizzato, 2007).

Assim, salienta-se o estado de conservação do referido sítio arqueológico, o qual, em décadas anteriores, foi utilizado como área de cultivo. Como já mencionado, atualmente o sítio encontra-se em grande medida alagado em consequência do reservatório da UHE Itá, e devido à tal situação, fica praticamente ilhado, sofrendo erosão constante. É possível acessar o local somente em períodos de maior estiagem, ficando evidentes os materiais cerâmicos, líticos, ósseos e também solo antropogênico. Apesar do alagamento, da presença de árvores e raízes, da erosão e do consequente desbarrancamento de materiais arqueológicos, ainda é possível encontrar uma parte *in situ* (Carbonera; Loponte, 2020).

#### 4. Considerações finais

É possível perceber que a legislação ambiental e patrimonial correlacionaram-se, sobretudo a partir da década de 1980, quando percebeu-se que, com a construção de grandes empreendimentos, como é o caso das UHEs, onde muitos sítios arqueológicos, reconhecidos enquanto patrimônio da União, seriam impactados. Impacto este que implica diretamente na relação da sociedade e comunidades locais para com suas respectivas memórias e identidades, sobretudo no que diz respeito aos povos indígenas do presente.

Considerando os diferentes impactos gerados pela construção de usinas hidrelétricas no Alto Rio Uruguai, compreende-se a importância da Arqueologia como ciência fundamental nos projetos de licenciamento ambiental, pois caracteriza-se enquanto a área responsável pela identificação e salvamentos dos sítios arqueológicos e do patrimônio existente nessas localidades. Junto a isso enfatiza-se a relevância da manutenção em relação às condições de conservação dos sítios arqueológicos, uma vez que praticamente toda a extensão do Alto Rio Uruguai encontra-se alagada pelas UHEs. Tais aspectos ocasionam um cenário em que, cheia após cheia, perdem-se extensões consideráveis dos sítios arqueológicos nas margens do rio.

Neste sentido, evidencia-se a contribuição da presente pesquisa relacionada à História Ambiental, demonstrando as interferências da antropização na paisagem e no patrimônio arqueológico do sítio U-381 Batista Rector. No período pré-colonial, os grupos indígenas utilizavam recursos naturais para confeccionar instrumentos, deixando vestígios importantes para a identidade e a paisagem cultural do Alto Rio Uruguai. No século XX, a água foi interpretada como um recurso para a geração de energia hidrelétrica, resultando em um crescimento exponencial de

UHEs no Brasil e no Alto rio Uruguai. Esse contexto desencadeou problemáticas socioambientais e uma preocupação crescente, junto às etapas do licenciamento ambiental, com a preservação do patrimônio arqueológico indígena afetado pelo barramento dos grandes rios, questões que anteriormente não tinham tanto destaque.

Evidencia-se também uma gama de perspectivas no que tange à associações entre a História e a Arqueologia, para que, com a aplicação da interdisciplinaridade sejam cada vez mais possíveis as abordagens que levem em consideração a preservação e valorização de diversas memórias no tempo presente e no futuro. Por tratar-se de um estudo em fase inicial, espera-se que os resultados obtidos possam evidenciar características da ocupação Guarani em uma região de fronteira ambiental e cultural, indicando-se novas possibilidades de estudos em sítios arqueológicos, sua cultura material e na paisagem em que estão contextualizados, a partir do conjunto de conhecimentos interdisciplinares entre Arqueologia e História Ambiental.

## Referências

BRAGA, Fernanda de Souza. **A ditadura militar e a governança da água no Brasil**: ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção de hidrelétricas de grande porte. 2020. Tese de Doutorado Institute for Water Education (IHE-Delft), Universidade de Leiden, Leiden, 2020.

CARBONERA, Mirian; LOPONTE, Daniel. **Projeto de recadastramento de sítios arqueológicos das Mesorregiões Oeste e Planalto de Santa Catarina (PRESASC)** Alta prioridade, Chapecó. Relatório Parcial 3. 2020.

CARMO, Aline Borges; SILVA, Alessandro Soares da. Licenciamento ambiental federal no Brasil: perspectiva histórica, poder e tomada de decisão em um campo em tensão. **Confins**, Open Edition Journals, n.19, p.1-18, 2013.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso. (Orgs). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 298-317.

DEAN, Warren. O imperativo do desenvolvimento. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.280-306.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-197, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KLEIN, Roberto Miguel. **Mapa Fitogeográfico de Santa Catarina. Flora Ilustrada Catarinense, Parte V.** Itajaí, Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

LOCATELLI, Carlos. **Itá: memória de uma usina.** Florianópolis: Expressão Sul, 2000.

NÉSPOLI, Regina Stela; PIZZATO, Roberto. **Usina hidrelétrica Machadinho: memória técnica.** Florianópolis: NPE/UFSC, 2007.

SOUZA, Alexandre do Nascimento. **Licenciamento ambiental no Brasil sob a perspectiva da modernização ecológica.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.4, n.8, p.289-307, 1991.

### **Agradecimentos**

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro, ao Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFS, ao Grupo de Pesquisa Sociedade, cultura e meio ambiente (Unochapecó) e ao Programa Archaeology of Southeastern South America (ASSA), pela colaboração no desenvolvimento da pesquisa.